



Ata do
Comitê de Estabilidade Financeira — Comef

26 e 27 de maio de 2026

**Ata da
65ª reunião
do COMEF**
26 e 27 de maio



Data: 26 e 27 de maio de 2026

Local: Sala de reuniões do 8º andar e do 21º andar;
Edifício-Sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 1ª sessão: 26 de maio: 9h30 às 12h30 e 14h00 às 16h00;
e 27 de maio: 9h30 às 10h30
2ª sessão: 27 de maio: 14h00 às 17h00

Presentes:

Membros do Comef
(Presidente e Diretores)

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente

Ailton de Aquino Santos
Fiscalização

Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Regulação
Organização do Sistema Financeiro e
Resolução (interino)

Izabela Moreira Correa
Cidadania e Supervisão de Conduta

Nilton José Schneider David
Política Monetária

Paulo Picchetti
Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos
Corporativos
Política Econômica (interino)

Rodrigo Alves Teixeira
Administração

**Participantes
responsáveis por
apresentações técnicas:**

André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Aristides Andrade Cavalcante Neto – *Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada*

Caio Moreira Fernandes – *Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação*

Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Marcelo Antônio Thomaz de Aragão – *Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais*

Ricardo Constant Dickstein – *Chefe-Adjunto do Departamento de Supervisão de Conduta*

Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*

Ricardo Pereira de Araújo – *Chefe-Adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro*

Demais participantes:

Adalberto Felinto Cruz Júnior – *Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não-Bancárias*

Alexandre de Carvalho – *Chefe da Assessoria Econômica*

André Luiz Caccavo Miguel – *Chefe-Adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Ângelo José Mont Alverne Duarte – *Chefe de Gabinete do Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução*

Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*

Beatriz da Costa Lourenço – *Departamento de Operações do Mercado Aberto*

Carolina Pancotto Bohrer – *Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro*
Climério Leite Pereira – *Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora*
Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*
Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico*
Erasto Villa Verde de Carvalho Filho – *Procurador-Geral do Banco Central, substituto*
Fabio Martins Trajano de Arruda – *Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*
Fernanda Martins Bandeira – *Chefe-Adjunta interina do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*
Gustavo Martins dos Santos – *Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*
Júlio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Mardilson Fernandez Queiroz – *Chefe de Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*
Melissa Machado de Moraes – *Chefe de Gabinete da Diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe-Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Sabbadini – *Chefe do Departamento Econômico*
Ricardo Sivieri Zeni – *Chefe do Departamento de Supervisão Bancária*
Ricardo Teixeira Leite Mourão – *Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro*
Rogério Antônio Lucca – *Secretário-Executivo*
Sérgio Mikio Koyama – *Chefe-Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Os membros do Comef analisaram a evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil e na economia internacional tendo em vista o objetivo de assegurar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

A) Mercados financeiros globais

1. O sistema financeiro internacional tem demonstrado resiliência diante de um novo choque de oferta. A evolução recente do conflito no Oriente Médio tem motivado revisões nas expectativas de inflação e sobre trajetórias fiscal e monetária. A abertura de taxas de juros longas nas economias avançadas eleva a probabilidade de materialização de riscos. O regime de câmbio flutuante segue absorvendo choques. O sistema financeiro internacional segue em realocação ordenada de posições e precifica também outros determinantes, por exemplo, as perspectivas de retorno de investimentos em inteligência artificial. Nesse contexto, persistem incertezas e o risco de uma interação entre os efeitos do atual choque de oferta e vulnerabilidades financeiras preexistentes. O cenário requer ainda mais atenção.

2. Desde a reunião anterior do Comef, as condições financeiras globais estão relativamente menos restritivas, enquanto permanecem vulnerabilidades nas principais economias. Após o aperto em março, a liquidez global elevada contribuiu para o retorno do apetite a risco, inclusive em economias emergentes. Nos Estados Unidos, a inadimplência permanece elevada em diversas modalidades de crédito, e os riscos no segmento de crédito privado cresceram. Na China, observa-se desaceleração do crédito bancário e menor rentabilidade dos bancos, em linha com a menor demanda por crédito em um ambiente de moderação da atividade econômica doméstica.

3. A maioria das jurisdições manteve inalterados seus buffers contracíclicos de capital, enquanto quatro alteraram e uma recalibrou. De 58 jurisdições avaliadas, 44 mantêm o buffer contracíclico ativado, das quais 26 jurisdições fazem referência à adoção da sistemática do *buffer* neutro positivo, que consiste na manutenção de um nível mínimo de capital adicional contracíclico mesmo em períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros. Os Emirados Árabes Unidos, jurisdição diretamente afetada pelo conflito no Oriente Médio, decidiram pela liberação integral de seu colchão de capital, que estava definido como neutro positivo.

B) Sistema Financeiro Nacional (SFN)

4. O crédito bancário prosseguiu desacelerando desde o último Comef. Do lado das famílias, o crescimento do crédito arrefeceu nas modalidades de maior risco, mas segue superior ao da carteira de menor risco. Do lado das pessoas jurídicas, o crescimento do crédito arrefeceu para micro, pequenas e médias empresas. Esse crescimento foi sustentado pelos programas de incentivo ao crédito. Para grandes empresas, houve reaceleração.

5. O mercado de capitais reacelerou e segue crescendo em ritmo bastante superior ao do crédito bancário. O mercado de capitais mostrou-se aquecido no primeiro trimestre de 2026, com leve desaceleração em abril. As debêntures e as notas promissórias e comerciais impulsionaram esse crescimento. O aumento da relevância do mercado de capitais como fonte de financiamento para empresas ocorreu apesar das aberturas de spreads de debêntures incentivadas e dos resgates líquidos em fundos de crédito privado.

6. As provisões no SFN mantiveram-se compatíveis com as estimativas de perdas esperadas. De forma agregada, embora tenha aumentado a materialização de risco, o nível de provisão do SFN melhorou levemente e permanece alinhado ao calculado com base nos modelos internos do Banco Central (BC). Em termos individuais, embora haja instituições financeiras com provisão inferior à estimada pelo BC, o nível de capitalização é suficiente para absorver eventuais ajustes na grande maioria dos casos.

7. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. O sistema segue com capital e ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. A rentabilidade do SFN recuou desde o último Comef, impactada principalmente pelo aumento das provisões.

8. Os testes de estresse indicam que o sistema permanece resiliente. O sistema teria condições de absorver os impactos simulados nos testes de estresse macroeconômicos descritos no Relatório de Estabilidade Financeira. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal. O sistema mostra resiliência também nos testes realizados pelos próprios bancos, inclusive naqueles realizados com base em cenários definidos pelo BC.

C) Principais pontos de atenção

9. O ambiente de taxa básica de juros contracionista, aliado ao elevado endividamento de famílias e empresas, requer cautela e diligência nas concessões de crédito. As empresas estão sentindo o aperto monetário, embora a maior parte das corporações demonstre resiliência. A materialização de risco permaneceu elevada e em ascensão para todos os portes de empresas. Quanto às famílias, níveis elevados de ativos problemáticos e de probabilidade de default permanecem indicando que a materialização de risco deve continuar pressionada. O endividamento e o comprometimento de renda das famílias estão historicamente elevados e seguiram aumentando. O contínuo aumento da participação de modalidades mais onerosas na composição da dívida deve continuar impactando o comprometimento de renda. O Comitê continuará aprofundando o debate sobre esse tema. Na visão do Comitê, esse cenário requer cautela e diligência adicionais no mercado de crédito.

10. No mercado de capitais, permanece a preocupação com estruturas que envolvem múltiplas camadas de fundos de investimento que podem dificultar a adequada avaliação de riscos. Alguns fundos de investimento operam com cadeias estruturadas em múltiplos níveis, o que aumenta a complexidade do mapeamento de riscos. Devido aos resgates líquidos em fundos de crédito privado, o BC realizou testes de estresse de liquidez e verificou que esses fundos demonstram resiliência.

11. Depois da materialização de riscos geopolíticos, da reprecificação e da recuperação parcial em algumas classes de ativos financeiros globais, o cenário global prospectivo ainda apresenta alguns riscos latentes. As incertezas intensificaram-se, sobretudo aquelas associadas aos eventos geopolíticos, ao reposicionamento das políticas econômicas, às perspectivas de retorno dos investimentos em inteligência artificial e aos seus impactos sobre os ritmos de crescimento da atividade e da inflação. Somam-se a essas incertezas, aquelas relacionadas aos níveis de equilíbrio das taxas de juros no longo prazo, à sustentabilidade fiscal de economias centrais e à valorização dos ativos de risco.

12. O Comef ressalta a relevância da atualização dos regulamentos dos arranjos de pagamentos explicitando a responsabilidade do instituidor pelo risco residual das transações. Os casos recentes de inadimplência de participantes de arranjos de pagamentos demonstram a relevância do processo em curso de alteração dos regulamentos desses arranjos, com estrita observância à regulação aplicável, assim como a decorrente implantação de mecanismos efetivos de gerenciamento de riscos em prazo razoável. Ademais, não são admissíveis dispositivos nos regulamentos que reduzam a extensão da responsabilidade atribuída pela regulação ao instituidor no que se refere à assunção do risco residual.

13. O Comef discutiu os avanços recentes de modelos de Inteligência Artificial com capacidades de explorar vulnerabilidades tecnológicas e a necessidade de continuar

avanzando no aprimoramento da resiliência cibernética do SFN. Avaliou-se que, embora não haja evidências de ataques totalmente conduzidos por tais modelos até o momento, a aceleração dessas capacidades pode elevar riscos sistêmicos, sobretudo em função de dependências comuns e da possibilidade de impacto em infraestruturas críticas do sistema financeiro. Nesse contexto, o Comitê enfatizou a necessidade de intensificar a resiliência cibernética do SFN, com foco em gestão de vulnerabilidades, desenvolvimento seguro e risco de terceiros, bem como de avançar em iniciativas coordenadas de avaliação e uso desses modelos para fins defensivos, inclusive por meio de esforços colaborativos entre o setor público e o privado.

14. O Comitê está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. O Comitê segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal, que reduzam os prêmios de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.

D) Decisão de política macroprudencial

15. O Comef decidiu que, dadas as condições atuais e as expectativas quanto ao cenário econômico, o ACCP_{Brasil} continuará em 0%. O Comitê avalia que a política macroprudencial neutra segue adequada ao atual momento. A decisão considerou as condições financeiras, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito.

16. O Comitê segue avaliando a adoção da sistemática de definição de um valor positivo para o ACCP_{Brasil} aplicável a períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros, o chamado *buffer* neutro positivo. O Comef iniciou a etapa de diálogo com a sociedade sobre o tema. A título de exemplo, a sistemática foi objeto de discussão¹ por especialistas durante a Conferência Anual do Banco Central do Brasil realizada no início de maio de 2026.

¹ <https://www.youtube.com/live/D1VIVOWqYQM?si=sfnfTTLloeftFjGC3&t=7211>

